



#### Curso de

# MERCADOS ILÍCITOS E CRIME ORGANIZADO NAS AMÉRICAS



MINISTÉRIO DA Justiça e Segurança pública











#### Aula sobre

## Segurança Multidimensional

Leandro Piquet Carneiro



MINISTÉRIO DA Justiça e Segurança pública





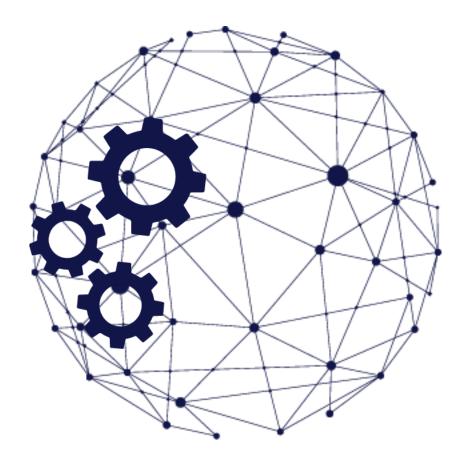




## Introdução

O tema e conceito de Segurança Multidimensional tem crescido em importância no contexto hemisférico das Américas e exige uma investigação comprometida.

Essa aula irá falar sobre a origem desse conceito e sua utilização para os fenômenos que vamos abordar nesse curso, abordando os principais marcos normativos a nível nacional, regional e internacional.













#### Conceitos

**Segurança Multidimensional**: é um conceito que engloba várias dimensões ou aspectos da segurança, como aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais, militares;

Segurança doméstica: a segurança pública interna dos países, no nível subnacional;

**Direitos Humanos:** são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos individualmente e em sociedade, bem as obrigações que o Estado tem em relação a eles;

Internalização jurídica: transformação de uma norma internacional em norma jurídica doméstica;

**Segurança humana:** reconhece igualmente o caráter multidimensional da segurança e a interdependência que estabelece entre a produção coletiva da segurança e o contexto social, político e social mais amplo no qual ela se desenvolve.











# Organizações

**OEA:** A Organização dos Estados Americanos é a instituição de cooperação regional mais antiga do mundo, fundada em 1948 para promover políticas comuns no continente Americano;

**ONU:** A Organização da Nações Unidas é uma organização intergovernamental criada em 1945 para promover a cooperação internacionalmente;











O conceito surge do processo de cooperação multilateral entre os Estados Membros da **OEA**, como uma tentativa de desenvolver um **marco normativo compartilhado** que servisse de base para o desenvolvimento de ações de cooperação nas áreas de Defesa e Segurança Pública e levasse em consideração aspectos fundamentais que afligem nossa região, como os temas dos **Direitos Humanos, saúde, defesa civil e meio ambiente, além da agenda tradicional de Segurança Pública e Defesa**. É importante reconhecer que a segurança não se limita às ameaças militares tradicionais, mas se estende a outras áreas que afetam o bem-estar e a estabilidade das pessoas;

A **Declaração Sobre Segurança Nas Américas**, aprovada na Conferência Especial sobre Segurança Pública realizada pela OEA na Cidade do México em 2003, é um importante marco temporal nesse debate.











Embora o conceito tenha surgido no âmbito do debate mais amplo sobre defesa e segurança nacional, sua utilização no campo da segurança doméstica tem crescido muito. Parte significativa desse crescimento emana da própria OEA, que tem promovido assiduamente essa abordagem para os fenômenos de natureza criminal, da segurança pública e para entender o funcionamento do sistema de justiça criminal num sentido amplo.

Portanto, a Segurança Multidimensional requer uma **abordagem integrada da segurança**, do plano internacional para o doméstico, em que diferentes atores, como governos, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais, desenvolvem esforços de coordenação para a provisão de segurança pública. Esta abordagem reconhece que a segurança não é apenas uma atividade voltada à proteção de fronteiras e à defesa dos interesses nacionais, mas também envolve um esforço permanente de promoção do desenvolvimento sustentável e dos Direitos Humanos.











A Segurança Multidimensional responde ao crime cada vez mais transnacional e demanda por respostas das polícias e do sistema de justiça criminal de cada país que dependem fundamentalmente da capacidade de cooperação que esses países demonstram na prática. E não há cooperação jurídico-policial transnacional se não houver uma base normativa comum. É justamente esse o papel das Declarações e Convenções internacionais para a promoção da segurança pública no nível local: oferecem a base de entendimento compartilhado entre os países para que ocorra a cooperação.







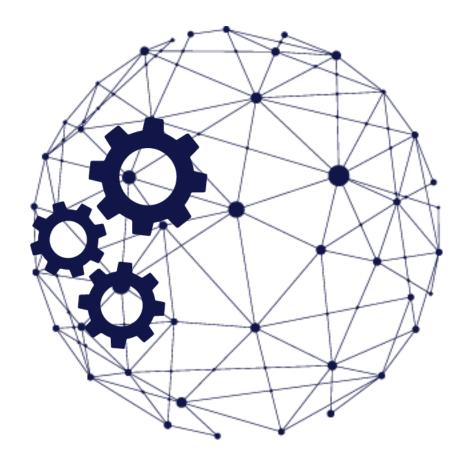






A estabilização política e a criação de sistemas democráticos na América Latina e o Caribe sofreram um processo de convergência institucional que ampliou de forma concreta o diálogo político entre as nações e assegurando os Direitos Humanos como um terreno normativo comum que torna ações transnacional no âmbito do sistema de justiça criminal possível.

Esse esforço hemisférico reflete de forma direta os avanços e revisões conceituais fomentados pela ONU desde a década de 1990, principalmente após a adoção do conceito de segurança humana em 1994.













O contexto de aumento da complexidade e da limitação das capacidades institucionais também é relevante ao proporcionar a convergência dos fenômenos criminais. A **interatividade e a hibridização de diversas redes de ilícitos em escala global** ampliaram sobremaneira a pressão sobre os governos e em particular sobre as instituições de segurança e justiça da região.

Não podemos deixar de considerar, também, a ameaça representada pelos desastres naturais e o cenário econômico, social e político de crise em vários países da região.













Por fim, indo além do contexto Americano, é preciso destacar a importância da aprovação da **Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional** em 2000, a qual foi ratificada pelo Brasil em 2004 e **Lei N.12.850**, aprovada no Brasil em 2013 para a sua internalização. A Lei Brasileira:

- Brasileira:

  mudou profundamente a forma da Lei Penal do país e no que diz respeito à forma como o crime organizado e a organização criminosa são tratados;
  - ampliou os mecanismos de investigação;
  - a tipificação dos delitos ficou facilitada após esse processo.







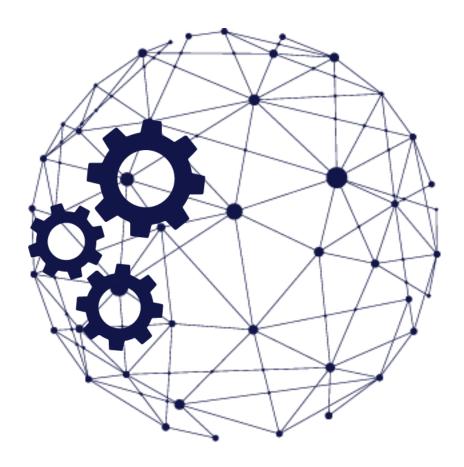






#### Síntese da Aula

- O conceito de Segurança Multidimensional e a sua evolução no contexto das Américas esteve conectado aos esforços da OEA;
- É necessário que haja convergência no padrão institucional dos países, que nesse caso está associada aos Direitos Humanos e ao regime democrático;
- Importantes avanços na legislação penal tem sido feitos de forma coletiva na região, com vários países passando por processos de transformação importantes
- O Brasil, nesse contexto, tem sido um bom exemplo de atualização de sua legislação penal contra o crime organizado.













#### Referências

OEA, Organização dos Estados Americanos. Projeto de Declaração sobre Segurança nas Américas, Aprovado na terceira sessão plenária, realizada em 28 de outubro de 2003. OEA: Cidade do México, 2003.

BRASIL. Decreto Nº 5.015. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Lei Nº 12.850. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.















